



Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará

**COMISSÕES PERMANENTES**

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

**MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

**COMISSÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>DATA:</b> 28 03 DE 2017	<b>LOCAL:</b> Auditório 1 dep. Manoel Castro e 3 dep. Castelo de Castro
	<b>HORA:</b> 14: 30 min	
<b>EMENTA:</b> Pesquisa “O Que Dizem As Crianças? – Uma Consulta Sobre A Violência A Partir Da Percepção de Crianças E Adolescentes”		
<b>REQUERENTE:</b> deputado Renato Roseno		
<b>PRESIDENTE:</b> deputado Renato Roseno		
<b>DEPUTADOS (AS) PRESENTES:</b> deputado Renato Roseno		
<b>PARTICIPANTES DA MESA:</b> U deputado Estadual Renato Roseno, Karina Lira, Luzia Lafitte, Dra. Erica Araújo, Shirley Braga, Dr. Reginaldo Cavalcante Domingos, Rosa Almeida, Dra. Mara Carneiro, Rui Aguiar.		
<b>ENTIDADES REPRESENTADAS:</b> Visão Mundial, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA, UNICEF, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, Primeira Infância – FUNCI, Associação Para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará – APDMCE.		
<b>SÍNTESE DAS MANIFESTAÇÕES:</b>  A Comissão da Infância e Adolescência , da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizou audiência pública, na sede do Poder Legislativo, com o objetivo de apresentar a pesquisa “ O Que Dizem As Crianças?Uma Consulta sobre a Violência a partir da Percepção da Criança e Adolescente”. Ao justificar a importância do estudo e a relevância da discussão, o deputado Renato Roseno afirmou, na abertura dos trabalhos, que “a nossa sociedade é adultocêntrica, pautada no poder do adulto”. Para apresentação da pesquisa, foi convidada a senhora Karina Lira, da Visão Mundial Brasil Instituto Igarapé. Realizado em 12 cidades brasileiras, o levantamento		



abrangeu crianças de 8 a 12 anos de idade e adolescentes de 13 a 17 anos, de ambos os gêneros.

Segundo os dados da sondagem, 74% do público abordado de 8 a 12 anos se sente seguro, ao passo que, entre 13 e 17 anos, o índice cai para 63%. A casa é o ambiente mais seguro para 84%. O índice vai para 37% em relação à comunidade e 38% se esse lugar for a escola onde estudam. Para 86%, é “muito errado” ter o corpo tocado sem permissão, e 89% se sentem seguros na companhia de pessoas da família.

A síntese da pesquisa é de que ainda que as crianças e adolescentes pesquisadas vivam em ambientes hostis e com frequentes situações de violência, a capacidade de adaptação e superação apresentaram altos índices.

A grande maioria, 89%, sente-se amada e bem tratada pelos seus pais. Já 86% acham que serão felizes quando crescerem e 83% responderam que recebem cuidados quando ficam doentes, enquanto 67% disseram que sabem onde pedir ajuda no caso de uma situação de perigo. Entretanto, 35% responderam que já precisaram recorrer a delegacias, hospitais ou local de assistência, por causa de algum tipo de violência.

Após a apresentação, a senhora Karina Lira enfatizou a necessidade de fortalecer o sistema de proteção de crianças e adolescentes.

Luzia Laffite, da Funci, afirmou que “as raízes da violência estão na primeira infância”. Diante da constatação, a representante cobrou um pacto com os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Dra. Érica Araujo, da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), afirmou que é preciso abordar a família no seu papel protetor, e que é preciso uma articulação das redes protetoras dos direitos das crianças.

Renato Roseno ressaltou que a sociedade precisa desnaturalizar a violência. “Defendemos uma pedagogia de que não é preciso bater para aprendermos”. Dra. Shirley Chaves Braga, da Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho de Horizonte, afirmou que “a intolerância é um início muito peculiar para gerar a violência”.



Dr. Reginaldo Cavalcante Domingos, secretário Municipal de Educação de Horizonte, declarou: “Com o abandono dentro de casa, tem se o abandono na escola e na comunidade. É um ciclo”. Rosa Almeida, representante da Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado, disse que a violência está em toda sociedade. “Não só na família, na escola e na comunidade”, resumiu.

Dra. Mara Carneiro, do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, reiterou que o fundamental da pesquisa é o método, porque não se faz pesquisa com crianças e adolescentes. “Temos de romper com esse modelo, esse ciclo”, afirmou ela. “É preciso que se dialogue com o Estado, revendo seu papel para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes”.

Na avaliação de Rui Aguiar, do Unicef-Ceará, “toda informação nos torna responsáveis como gestores públicos”. Para ele, é preciso investir mais nos que pensam e interpretam os problemas as crianças e adolescentes.

Para o encerramento das manifestações, o deputado Renato Roseno ressaltou que o grande parâmetro é não relativizar a dignidade. “O pacto social precisa realizar-se na forma de vida plena para nossas crianças e adolescentes, e não permitir o rebaixamento dos parâmetros”, finalizou.

**ELABORADO POR:** Jamile Carvalho da Silva Sousa